

Italianos ainda interessados no País

— Estatizar os bancos não é uma boa idéia — afirmou ontem, em São Paulo, o diretor-geral da Associação Bancária Italiana, Felice Gianani. — Há outros meios para controlar a atividade bancária, via Banco Central ou Ministério da Fazenda.

Gianani é um dos 27 banqueiros italianos que se encontram no Brasil para uma visita de oito dias, realizada anualmente a vários países, e não se relacionando, portanto, com as dificuldades cambiais brasileiras. Os banqueiros passaram o dia de ontem no Maksoud Plaza; ouvindo pela manhã o economista Adroaldo Moura da Silva e, à tarde, o vice-presidente do Bradesco, Antonio Beltran Martinez, e o presidente da Fenaban e Febraban, Roberto Konder Bornhausen.

— O Brasil é um país com o qual temos de trabalhar junto. Há muitos projetos comuns. Temos grandes interesses na indústria automobilística (Fiat), energia (Itaipu), projetos de mineração e siderurgia (Tubarão) — disse Gianani.

O diretor da Associação Bancária Italiana foi complementado por um de seus anfitriões, o presidente da Olivetti do Brasil, Enrico Misasi: "O setor empresarial italiano tem intenção de investir no Brasil. Nossos problemas são conjunturais, de caixa, e não estruturais".

Gianani estima em US\$ 1 bilhão o endividamento total do setor privado brasileiro com os bancos italianos, e em US\$ 500 milhões a participação das instituições italianas nos projetos de renegociação

da dívida externa brasileira, como o **jumbo-loan** de US\$ 4 bilhões e os créditos comerciais ou para linhas específicas de importação e exportação.

Bancos estatais

O diretor da Associação Bancária Italiana informou que, na Itália, 75% dos depósitos bancários estão nas mãos de bancos estatais, contra aproximadamente 50% mencionados por Roberto Bornhausen para o Brasil. "Na Itália, porém, só o presidente do banco é nomeado pelo governo. O **management** é privado" — acrescentou. E, do crédito, 70% vai para o setor público e 30% somente para as empresas privadas, "mais ou menos compulsoriamente".

Gianani fez ainda algumas comparações entre o Brasil e Itália, quanto ao endividamento público e à dívida interna, que pressiona as taxas de juros. O déficit público italiano chega a 14% do PIB, contra 16,9% no Brasil e, no ano passado, os títulos públicos — necessários para reduzir a pressão monetária do déficit — ofereciam uma remuneração anual de 21% para os aplicadores, contra uma inflação de 15% e 14% de renda dos depósitos bancários.

Na conferência da manhã, o economista da Fipe-USP Adroaldo Moura da Silva disse que não há forma "de se evitar a austeridade na condução dos negócios internos", e portanto deve-se prever manutenção de política cambial realista e correção monetária que efetivamente acompanhe a inflação.